Aviso de contumácia n.º 1360/2006 — AP. — A Dr.ª Maria Leonor Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Viseu, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 218/03.4GTVIS, pendente neste Tribunal contra o arguido Victor Hugo Morais Leite, filho de Amadeus Morais Leite e de Ana Rosa Gomes Silva, de nacionalidade portuguesa, nascido em 9 de Outubro de 1975, solteiro, titular da identificação fiscal n.º 206224915, titular do bilhete de identidade n.º 11102493, com domicílio no Estabelecimento Prisional de Tires, Tires, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 22 de Setembro de 2002, por despacho de 16 de Novembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

23 de Novembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Maria Leonor Esteves*. — A Oficial de Justiça, *Ada Maria de Almeida Nascimento*.

TRIBUNAL DE EXECUÇÃO DAS PENAS DE COIMBRA

Aviso de contumácia n.º 1361/2006 — AP. — O Dr. José Manuel Ferreira Almeida, juiz de direito do Tribunal de Execução das Penas de Coimbra, faz saber que no processo de revogação de liberdade condicional n.º 438/98.ITXCBR-A, pendente neste Tribunal contra o arguido Manuel Ferreira Brás, filho de Manuel Brás e de Arminda da Conceição Ferreira, nascido em 16 de Outubro de 1956, titular do bilhete de identidade n.º 8403192, com domicílio na Rua da Carril, Vila Chã de Sá, Viseu, 3500 Viseu, ao qual foi em 13 de Novembro de 2002, revogada a liberdade condicional, por ter mudado de residência várias vezes sem pedir autorização ao Tribunal, até que acabou por ser desconhecido o seu paradeiro e assim, foi o mesmo declarado contumaz, em 10 de Outubro de 2005, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obtenção ou renovação do bilhete de identidade e carta de condução.

19 de Outubro de 2005. — O Juiz de Direito, *José Manuel Ferreira Almeida*. — O Oficial de Justiça, *António Correia*.

4.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE EXECUÇÃO DAS PENAS DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 1362/2006 — AP. — O Dr. Eduardo Manuel Lobo, juiz de direito do 4.º Juízo do Tribunal de Execução das Penas de Lisboa, faz saber que no processo de revogação de saída precária prolongada n.º 365/98.2TXLSB-A, pendente neste Tribunal contra o arguido Silvestre Mendes Andrade, filho de Jorge Mendes Andrade e de Teresa Mendes Correia, nascido em 31 de Dezembro de 1975, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 16098648, com domicílio na Estrada Militar, 36, Alto da Damaia, Amadora, foi, por acórdão de 30 de Outubro de 2000, transitado em julgado em 14 de Novembro de 2000, pela prática de um crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 210.º do Código Penal, praticado em 14 de Dezembro de 1975, por despacho de 14 de Novembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por detenção do arguido.

17 de Novembro de 2005. — O Juiz de Direito, *Eduardo Manuel Lobo*. — O Oficial de Justiça, *Joaquim Correia*.

Aviso de contumácia n.º 1363/2006 — AP. — O Dr. Eduardo Manuel Lobo, juiz de direito do 4.º Juízo do Tribunal de Execução das Penas de Lisboa, faz saber que no processo de revogação de saída precária prolongada n.º 6456/03.2TXLSB-A, pendente neste Tribunal contra o arguido Mariano Munaretto, filho de Francisco Munaretto e de Madalena Tagliapietra, natural de Itália, nascido em 30 de Julho de 1940, casado (regime desconhecido), com domicí-

lio em patrono, Dr. Rui Messias, Dr.ª Isabel Santos Fidalgo, Avenida das Forças Armadas, 125, 12.º, 1600-079 Lisboa, o qual foi em 2 de Novembro de 2005, por, outras condenações ou decisões, declarada a contumácia, foi o mesmo declarado contumaz, em 2 de Novembro de 2005, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

21 de Novembro de 2005. — O Juiz de Direito, *Eduardo Manuel Lobo*. — A Oficial de Justiça, *Luísa Calqueiro*.

Aviso de contumácia n.º 1364/2006 — AP. — O Dr. Eduardo Manuel Lobo, juiz de direito do 4.º Juízo do Tribunal de Execução das Penas de Lisboa, faz saber que no processo de revogação de saída precária prolongada n.º 372/01.0TXLSB-A, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Miguel Vigário Martins Oliveira, filho de Henrique Martins de Oliveira e de Guilhermina de Assunção Vigário, natural do Entroncamento, Entroncamento, nascido em 20 de Fevereiro de 1971, solteiro, com domicílio na Lagar Novo, Entroncamento, Vila Nova da Barquinha, o qual foi por, transitado em julgado em, pela prática de um crime de evasão, previsto e punido pelo artigo 352.º do Código Penal, praticado em 6 de Dezembro de 2004, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

21 de Novembro de 2005. — O Juiz de Direito, *Eduardo Manuel Lobo*. — A Oficial de Justiça, *Luísa Calqueiro*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMARCA DO BARREIRO

Aviso de contumácia n.º 1365/2006 — AP. — A Dr.ª Elizabeth Costa Xavier, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca do Barreiro, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 1009/02.5TABRR, pendente neste Tribunal contra o arguido André Costa Santos, filho de Ernesto Manuel dos Santos Carneiro e de Maria Margarida Ramalho Costa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 11 de Maio de 1984, solteiro titular do bilhete de identidade n.º 12623783, com domicílio na Rua Diogo Cão, 91, rés-do-chão direito, 2955-171 Pinhal Novo, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 24 de Junho de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 11 de Novembro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto de quaisquer contas bancárias tituladas pelo arguido.

15 de Novembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Elizabeth Costa Xavier*. — A Oficial de Justiça, *Ana Maria Ribeiro*.